

Capacitação de agentes de ATER em processos de formação em agroecologia na Região Sudeste do Brasil

Capacitation of ATER agents: training processes in agroecology in the Southeast of Brazil

Nivelación conceptual de los agentes de ATER en los procesos de formación en agroecología en la Región Sudeste de Brasil

Recebido: 02/02/2021 | Revisado: 13/02/2021 | Aceito: 16/02/2021 | Publicado: 24/02/2021

Alexandre Magno Lopes Gollo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4831-1786>

Universidade Federal de Viçosa, Brasil

E-mail: alexandre.gollo@ufv.br

Marcelo Leles Romarco de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2746-8407>

Universidade Federal de Viçosa, Brasil

E-mail: marcelo.romarco@ufv.br

Resumo

Este artigo tem por objetivo trazer reflexões sobre a formação de profissionais no campo da agroecologia para trabalhar nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com base em uma nova perspectiva sociotécnica. Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo entre os anos de 2016 a 2018 junto a profissionais vinculados a instituições públicas e organizações sociais com atuação na prestação de serviços de ATER nos estados da Região Sudestes do Brasil (Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo). Os autores recorrem a um debate sobre Extensão Rural e suas conexões com a transição para a agroecologia, como um de seus princípios fundamentais, incorporado à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), ainda que relativizado pela Lei 12.188/2010, que adotou o termo agricultura de base ecológica em substituição ao viés agroecológico. Os resultados alcançados através das diferentes estratégias de formação implementadas na região estudada são apresentados e discutidos em detalhe. No que tange à formação de agentes de Ater no âmbito da Agroecologia, observou-se que este referencial é tratado como uma abordagem científica, viva, interativa e interpelada, que busca reconhecer em seus protagonistas, sobretudo em agricultores familiares e suas organizações, um papel importante para o desenvolvimento rural do campo brasileiro.

Palavras-chave: Extensão rural; Agroecologia; Desenvolvimento rural.

Abstract

This article aims to bring reflections on the training of professionals in the field of agroecology to work in the Technical Assistance and Rural Extension (ATER) services based on a new socio-technical perspective. For this, field research was carried out between the years 2016 to 2018 focusing on professionals linked to public institutions and social organizations working in the provision of ATER services in the states of the Southeast Region of Brazil (Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais and São Paulo). The authors resort to a debate on Rural Extension and its connections with the transition to agroecology as one of its fundamental principles, incorporated into the National Policy for Technical Assistance and Rural Extension (PNATER) even though relativized by Law 12.188 / 2010, which adopted the term ecologically based agriculture to replace agroecological bias. The results achieved through the different training strategies implemented in the studied region are presented and discussed in detail. Regarding the training of Ater agents in the context of Agroecology, it was observed that this framework is treated as a scientific, lively, interactive and challenged approach, which seeks to recognize in its protagonists, especially in family farmers and their organizations, an important role for the rural development of the Brazilian countryside.

Keywords: Rural extension; Agroecology; Rural development.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo traer reflexiones sobre la formación de profesionales en el campo de la agroecología para trabajar en los servicios de Asistencia Técnica y Extensión Rural (ATER) desde una nueva perspectiva socio-técnica. Para ello, se realizó una investigación de campo entre los años 2016 a 2018 con profesionales vinculados a instituciones públicas y organizaciones sociales que trabajan en la prestación de servicios ATER en los estados de la Región Sudeste de Brasil (Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais Gerais y São Paulo). Los autores recurren a un debate sobre la Extensión Rural y sus conexiones con la transición a la agroecología, como uno de sus principios

fundamentales, incorporado a la Política Nacional de Asistencia Técnica y Extensión Rural (PNATER), aunque relativizado por la Ley 12.188 / 2010, que aprobó el término agricultura de base ecológica para reemplazar el sesgo agroecológico. Se presentan y discuten en detalle los resultados obtenidos a través de las diferentes estrategias de capacitación implementadas en la región estudiada. En cuanto a la formación de agentes Ater en el contexto de la Agroecología, se observó que este marco es tratado como un enfoque científico, vivo, interactivo y desafiado, que busca reconocer en sus protagonistas, especialmente en los agricultores familiares y sus organizaciones, un rol importante para el desarrollo rural del campo brasileño.

Palabras clave: Extensión rural; Agroecología; Desarrollo rural.

1. Introdução

Discutir Extensão Rural no Brasil dos últimos 20 anos nos leva a reflexões elaboradas por autores como Caporal & Ramos (2006), que classificam a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como uma intervenção deliberada, de natureza pública ou privada, em um espaço rural, realizada por agentes externos ou por indivíduos do próprio meio, orientando a realização de mudanças no processo produtivo agrossilvipastoril, ou, em outros processos socioculturais e econômicos inerentes ao modo de vida da população rural implicada. Nessa perspectiva, o principal objetivo da ATER é na contribuição para o desenvolvimento rural sustentável, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população. Por outro lado, compreendemos, também, que os serviços de ATER via de regra estão associados ao processo de modernização da agricultura e às suas consequências desejadas e indesejadas, nas dimensões econômica, social e ambiental.

Do ponto de vista do cotidiano de atuação dos extensionistas defendemos que estes devem desempenhar suas atividades no sentido de contribuir para organização dos agricultores, e para ampliação do olhar de temas como igualdade de gênero; juventude rural, mudanças climáticas, gestão do conhecimento e produção sustentável, dentre outros temas.

No caso brasileiro a lei de ATER promulgada em 2010 é um marco na reinstituição de um sistema Nacional de Extensão Rural, como instrumento de política pública capaz de estimular, implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, tendo como foco de ação prioritária o fortalecimento da Agricultura Familiar e de suas organizações, através da provisão de apoio às organizações dos agricultores familiares para produção, processamento e comercialização; na perspectiva de sistemas de produção sustentáveis e disponibilizando informações e assistência técnica aos públicos especificados pela referida Lei.

Estes foram alinhamentos considerados desde a concepção até à implementação da PNATER, sobretudo de 2004 a 2015, ou até a realização da 2ª Conferência Nacional de ATER, em maio de 2016, quando o diálogo em torno dessa nova concepção de serviços de ATER abarcava às naturais divergências presentes em uma política com ampla coalizão de interesses, tendo por norte um conjunto de princípios e diretrizes que na essência apontavam para a gestão participativa e emancipatória dos agricultores assistidos; destacados os enfoques na organização da base produtiva, no reconhecimento das ofertas agroecológicas e nos coletivos de produção, como os principais recursos para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Este trabalho é decorrente de um ciclo de visitação a experiências de formação de Agentes de Ater que foram financiadas pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para propiciar nivelamento conceitual sobre os Princípios da PNATER e a formação de componentes das equipes contratadas por Chamadas de ATER, em diálogo com seus públicos beneficiados e com os fiscais dos Contratos de ATER.

O presente artigo pretende compartilhar resultados, análises e questionamentos, de natureza pública, que emergiram da abordagem de experiências junto a organizações na região Sudeste do Brasil que receberam capacitações e incentivo a uma ATER voltada para a transição agroecológica.

2. Metodologia

À luz do enfoque da interação entre Ciência, Tecnologia e Sociedade (Pereira, et al., 2018) para compreender a

construção do conhecimento científico, pela aplicação de reflexão crítica a objetos e realidades vivenciadas, o presente trabalho adota uma abordagem de pesquisa qualitativa estruturada a partir de um planejamento para visitação, escuta, efetivação de registros e análises a experiências formadoras de agentes de ATER, no campo da agroecologia, de forma embasada pelo acesso aos cadastros do Sistema Informatizado de ATER e das Chamadas de ATER realizadas pelo extinto MDA.

A metodologia pretérita, utilizada no recolhimento de conteúdos, se pautou por abordagens em entrevistas semiestruturadas – entrevista informal (Pereira, et al, 2018, p.43) – em formato de *Rodas de Conversas* entre os anos de 2016 a 2017 junto a entidades presentes nos estados (Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo) da região Sudeste do Brasil.

O ponto de partida fora o contato com os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável e/ou de Agricultura Familiar, nos quatro estados da região Sudeste, implicando em uma apresenta o formal dos objetivos dos trabalhos de campo e na obtenção de ratifica o e/ou indica es de experiências e de contatos para agendamento de entrevistas sobre eventos e processos na forma o de profissionais da extensão rural no escopo da agroecologia, do desenvolvimento rural sustentável e da agricultura familiar.

Também efetivamos o acompanhamento a processos de sistematiza o de experi ncias¹ em dois Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA's), exercitando o método de Observa o Participante, aplicado aos: Grupo de Estudos em Agricultura Urbana AU / UFMG e Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia NIA /UFRRJ, que ocorreram respectivamente em Mário Campos-MG (março/2017) e em Seropédica-RJ (junho/2017).

Entre outubro de 2016 e novembro de 2017 foram programadas e realizadas ao menos duas rodadas de visita o, por Estado da Região Sudeste, registrando cerca de trinta abordagens a Centros estatais e não estatais de forma o de agentes de Ater. Efetivamos entrevistas com equipes que se ocupam da forma o e da atualiza o de seus quadros técnicos; recebemos indica es de literatura específica e de contatos para abordagens a protagonistas na gestão de contratos e na forma o em agroecologia.

Ao conjunto de material reunido procuramos aplicar o método de *análise de conteúdo*, conforme preconizado por Olabuénaga (1999), que nos sinaliza pela evolu o da compreensão científica na busca de evidenciar a rela o entre textos e contextos, com seus sentidos expressos e latentes, cuja análise de significados possa vir a contribuir com os leitores, sejam estes componentes de quadros técnicos, acadêmicos e/ou de gestão, que se lancem   tentativa de encontrar respostas e evolu o de suas respectivas compreensões sobre “o que fazer” e sobre “o ser”, no presente caso aplicadas aos serviços da Extensão Rural direcionados   transi o agroecológica.

Conforme o método preconizado por Olabuénaga (1999) para efetiva o de análises de conteúdo, a identifica o e o recolhimento de *textos* nos processos de pesquisa são procedimentos que extrapolam a dimensão literária. Um recurso válido para diferentes campos disciplinares, seja um espaço geográfico, ou um agroecossistema, que podem ser lidos, interpretados e compreendidos por uma sequência de análise metódica que requer observa o, aten o com registros de campo, codifica es e decodifica es; compondo um novo texto a ser apresentado e analisado junto a parceiros de pesquisa; revelando uma expectativa deste trabalho, na constru o e na partilha de conhecimentos.

A determina o da popula o a ser pesquisada (Pereira, et al, 2018) foi definida pelo cruzamento das informa es presentes no banco de dados do Sistema informatizado de ATER (SIATER) do extinto MDA, com as informa es prestadas pelos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural que foram abordados; conjugando a leitura de documentos, com observa o a

¹ Chavez-Tafur (2007), recorrendo a Selener *et al*, 1996, infere que a sistematiza o de experiências requer uma “Metodologia que facilite de maneira contínua e participativa a descri o, a reflexão, a análise e a documenta o dos processos e resultados de um projeto de desenvolvimento”, procedimentos necessários para que se observe detalhadamente as a es dos protagonistas. Entendemos que sistematizar experiências   um recurso pedagógico e metodológico de forte potencial de utilidade na Extensão Rural, com viés educativo.

campo e entrevistas – dentre os instrumentos de coletas de dados citados por Pereira, et al (2018) – configurando-se assim aos textos e contextos que compõem a essência do método apresentado por Olabuénaga (1999).

3. Resultados e discussão

3.1 Uma breve reflexão sobre a PNATER

A institucionalização da Política Nacional de ATER (PNATER), enquanto reunião de ideias e de interesses em reconstituir um Sistema Nacional – e retornar as mediações em um espaço abandonado pelo Estado brasileiro com a extinção da Empresa Brasileira de Ater (EMBRATER) em 1990 – mobilizou, desde sua concepção em 2003, a conjuntos de conhecimentos e de experiências desenvolvidas pelos campos estatal (empresas estaduais de Ater e de Pesquisa Agropecuária) e não estatal (associações, cooperativas e empresas com equipes alinhadas a movimentos sociais) em múltiplas comunidades de formulações sobre os significados da ATER; com diferenciados interesses e contextos nas propostas pela retomada desses serviços públicos. Na literatura sobre abordagens cognitivas em política pública essas comunidades de ideias e de interesses são designadas de Fóruns e/ou de Arenas, instâncias que se distinguem em função da relação entre consensos e a intensidade de dissensos com que operam (Muller, 2004); (Grisa, 2012).

Contextualizando esse debate (Bergamasco, Thomson & Borsatto, 2017) registram detalhadamente a trajetória da política de extensão rural no Brasil, desde a extinção da EMBRATER até a criação da Agência Nacional de ATER (ANATER), em um livro que trata dos desafios e das perspectivas em um amplo conjunto de políticas públicas para a agricultura familiar brasileira, (Delgado & Bergamasco, 2017).

A compreensão de que as bases para fundar a PNATER já eram cogitadas antes de 2003 também orientou os trabalhos que efetivamos a campo, pela argumentação dos Gestores que atuavam a mais tempo na Coordenação Geral de Formação de Agentes de ATER (CGFAT) da extinta Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do MDA, segundo os quais os avanços com a PNATER jamais poderiam ser exclusivamente atribuídos ao Governo do Partido dos Trabalhadores. São referências que auxiliam a perceber que havia uma pré-disposição institucional e social para reativar uma coordenação nacional de ATER, articulando iniciativas estatais e não estatais, na forma de um Sistema descentralizado de ATER (Brasil, 2004, p. 8).

Considerados esses fatores, entre outros, associados à governança e à regulação das oportunidades de ação por intermédio de políticas públicas, um novo conjunto de pautas e de conhecimentos passou a influenciar nas expectativas com os trabalhos da extensão rural. Os formuladores da PNATER e os gestores que cuidaram de sua implementação assimilaram essas demandas e envidaram articulações interinstitucionais para oportunizar espaços de nivelamento conceitual ao conjunto ampliado de agentes, uma etapa que passou a compor o referido sistema descentralizado de Ater Pública, (Brasil, 2004).

Nos seus primeiros anos de implementação, as resistências à internalização dos valores aportados pela PNATER foram traduzidas por (Caporal & Ramos, 2006) como uma relação de “inércia a ser quebrada”; acreditavam, os autores, que o amplo e diversificado conjunto de extensionistas rurais se interessaria em refletir sobre “que Extensão Rural se desejava realizar e com quais compromissos”. Na base dessa suposição estava a leitura de que haveria um consenso na crítica aos efeitos indesejados de modernização da agricultura, que fora fomentada pela Extensão Rural no passado, e que tal crítica promoveria a adesão aos processos de desenvolvimento sustentável, para os quais a transição à agroecologia seria a estratégia a ser efetivada.

Compondo a proposta de instituir um Sistema descentralizado de ATER agregou-se o enfoque agroecológico como um norte para o que se chamou de “Nova ATER”. Outro campo de inércia apresentado por Caporal & Ramos (2006) se refere à estrutura organizacional hierárquica da Extensão Rural, inclusive nos termos em que seus agentes de campo assumiam papéis de personagens centrais para os processos de desenvolvimento. Seria necessário pensar em uma política de ATER pautada em outras bases, mais participativas.

Tal alinhamento na composição de forças que pautava a PNATER como um instrumento para alterar os rumos do processo de desenvolvimento perdeu o debate sobre a transição institucional que seria necessária para consolidar a Política, não conseguindo gerar uma cadeia de transmissão de valores que chegasse à ponta, à rotina de trabalho dos extensionistas com seus diversos públicos assistidos. Uma contribuição para o entendimento a essa disputa e derrota pode ser encontrada em Mussoi (2011), que estudou os avanços e desafios de uma política de extensão rural agroecológica no Brasil, trabalho ao qual mais adiante retornaremos.

Mussoi, que também compôs a equipe original da CGFAT, constata que ‘há uma ciência que suporta o modelo convencional que permanece arraigado nas Escolas e na formação em ciências agrárias’ (Mussoi, 2011, p. 28), na racionalidade econômico financeira imediatista; nas expressões tecnológicas, que secundarizam à dimensão ambiental e às interpretações sobre um passado de coevolução social e ecológica; compreensões que a agroecologia, enquanto ciência, prática e movimento, se propõe a acionar para promover a elevação dos níveis de equilíbrio e de autonomia nos agroecossistemas.

No entanto, a opção por uma ATER agroecológica acabou entrando no centro das divergências que, ao nosso ver, concorreram para a ruptura da coalizão que conquistou a reinstauração do Sistema Nacional de ATER. O que veremos a seguir procura retratar e analisar as informações encontradas sobre os processos de formação de agentes de ATER, apoiados pelo extinto MDA e pela Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), entre 2003 e 2017.

3.2 Sobre as atividades de formação de agentes de ATER registradas entre 2003 e 2010

Bergamasco, Thomson e Borsatto (2017) ao abordarem “A Nova ATER brasileira, na gestão do Partido dos Trabalhadores” recuperam a transferência da competência sobre os serviços de extensão rural do Ministério da Agricultura para o MDA e a reformulação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) para articular os temas: Desenvolvimento Rural, Reforma Agrária e Agricultura Familiar, passando tal Conselho a designar-se CONDRAF (Bergamasco, Thomson & Borsatto, 2017, p. 332).

Foi no âmbito do CONDRAF, como um espaço de formulação e comunicação de políticas públicas que essas modificações foram amplamente debatidas e apresentadas aos gestores das ações de assistência técnica e extensão rural para orientar os procedimentos e os diálogos com o conjunto dos protagonistas relacionados à PNATER.

As modificações introduzidas pela PNATER, embora estejam severamente ameaçadas de reversão, retratam o diálogo com diagnósticos e orientações anteriores, como o Seminário e o Workshop ‘Uma Nova Assistência Técnica e Extensão Rural centrada na Agricultura Familiar’, Eventos realizados em 1997, organizados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e pelas Associação de Entidades e Federação dos Servidores e Profissionais da Extensão Rural (ASBRAER e FASER) (Bergamasco, Thomson & Borsatto, 2017, p. 331).

Nos remetemos a essa realidade aparentemente superada, em função da extinção do MDA (2016) e da recente conversão do Departamento de ATER em Departamento de Desenvolvimento Comunitário (Decreto 10.253/2020), para o exercício de leitura de textos e de seus contextos na busca por compreensão de realidades compostas por diversas partes integradas, com suas forças resultantes de interesses contraditórios, expressos e ocultos (Olabuénaga, 1999, p. 201), cujos conteúdos possam ser descobertos para a constituição de uma narrativa argumentativa e questionadora.

Trata-se da percepção de que os conteúdos temáticos e históricos que abordamos também nos informam sobre as reivindicações das organizações da agricultura familiar e dos quadros de gestão e da representação trabalhista na Extensão Rural, articuladas ao estabelecimento de uma janela de oportunidade política institucional para seu acolhimento e experimentação; e que seu revés envida à questão sobre a natureza da escuta aos setores que recebem e que prestam serviços públicos: tal escuta seria um ato operacional, ou ideológico?

Para o período de 2003 a 2010, a efetivação de análises de conteúdo enfrenta como limitação a relativa falta de, e o conflito entre dados sistematizados sobre o que fora realizado em matéria de formação de agentes de ATER. O trabalho de pós-doutorado de Mussoi (2011) traz números mais elevados do que o relatório ‘Balanço das Ações de Formação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural’ (Brasil, 2015), ambos de abrangência nacional, o segundo contabilizando conferências, oficinas, seminários, cursos e outros eventos, realizados por Execução Direta pela CGFAT/SAF/MDA.

O texto oficial faz referência a *estratégias de formação* direta – quando executadas pela equipe da CGFAT – e indireta – quando foram efetivadas por meio de convênios com instituições parceiras, estatais ou não estatais. No primeiro bloco, além de oito especificações de atividades formativas, menciona o “Projeto Cultivando Saberes”, voltado à formação de multiplicadores e focado no respeito ao conhecimento dos participantes. No segundo Bloco, que agrega cerca de dez especificações de apoio, destaca-se a “Agenda 120”, com ações setoriais, no âmbito do MDA, e intersetoriais, quando articuladas com outros Ministérios (Brasil, 2015, pp. 1-10).

No documento oficial, as designações atribuídas às atividades apoiadas não são padronizadas; seus elaboradores esclarecem que há sobreposição na contabilização dos participantes; seus registros expressam em números absolutos o quantitativo de eventos que foram efetivados. Utilizamos tais dados para elaborar a Figura 1, reorganizando as informações contidas nas colunas ‘eventos’ e ‘número de eventos’, originalmente com lançamentos anuais (Brasil, 2015). Sistematizamos tais informações em quatorze Temas, que julgamos serem mais explicitadores às motivações e aos conteúdos dos processos formativos.

Figura 1 – Compilação – em números absolutos – de eventos de formação direta com recursos do MDA ²



Fonte: Cgfat/Dater/SAF/MDA in: (Brasil, 2015); (Brasil, 2017a).

Inspirados pelas orientações para análise de conteúdo, (Olabuénaga, 1999), procedemos a um exercício de decodificação/ nova codificação, em busca de sintetizar os significados expressos, compondo a Figura 01 a partir do agrupamento

² Especificação das siglas na Figura 1. CNATER – Conferência Nacional de ATER; SAF's – Sistemas Agroflorestais; PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário; SAN – Segurança Alimentar e Nutricional.

das informações reunidas sobre as ações de formação de agentes de ATER no referido período. Trata-se de agrupar um conjunto diversificado de títulos de eventos de formação, ocorridos em âmbito nacional, para facilitar sua contabilização e expressão gráfica, gerando o retrato de uma fase da PNATER, expressando as prioridades temáticas que foram trabalhadas no período.

A título de exemplo sobre como se procedeu a aplicação do método, recuperamos o detalhamento que compõe, no documento original, os Temas: ‘Agroecologia’ e ‘Povos e Comunidades Tradicionais’, informações presentes no Quadro 1, a seguir apresentado. Note-se que a inserção das categorias ‘Pescadores artesanais e aquicultores familiares’ no Tema ‘Povos e Comunidades Tradicionais’ pode não ser consensual, mas foi assim arbitrada no momento de elaboração da Figura 1. Configura-se em um dos dilemas que acompanham aos processos de sistematização, em análises para enquadramentos em tipologias sucintas.

Quadro 1 – Exemplos de designações originais de eventos formativos promovidos ou apoiados diretamente pela CGFAT/SAF/MDA, entre 2004 e 2010.

Tema Agregador Arbitrado	Nome do Evento realizado	Número de	
		Eventos	Participantes
Agroecologia Total de Eventos – 36	Videoconferência sobre Agroecologia	1	223
	Curso Agroecologia	1	47
	Agroecologia	1	40
	Agroecologia – parceria com Universidades internacionais	4	200
	Agroecologia à distância	2	1.080
	Agroecologia e Produção Agrícola e Pecuária de base Ecológica	4	140
	Agroecologia e Produção Agrícola e Pecuária de base Ecológica	5	200
	Agroecologia e Produção de Base Ecológica	2	75
	Aperfeiçoamento em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável	2	86
	Curso Bases Agroecológicas da Agricultura Sustentável	2	100
	Curso de Extensão Rural e Pecuária em Agroecologia: agroecologia aplicada	2	65
	Curso Teórico-Prático de Agroecologia	1	232
	Minicurso de Economia Ecológica	1	25
	Oficina de Educação em Agroecologia	2	80
	Oficina de Sistematização de Experiências (Rede de Agroecologia)	1	25
	Oficina Nacional de Sistematização de Experiências	2	95
	Pecuária Ecológica	1	38
	Seminário Agroecologia c/ enfoque científico p/ o Desenvolvimento Rural Sustentável	1	152
Seminário Estadual de Agroecologia (apoio)	1	300	
Povos e Comunidades Tradicionais Total de Eventos – 14	ATER com Indígenas	2	80
	ATER com Pescadores Artesanais e Aquicultores	3	105
	ATER com Quilombolas	4	160
	Curso de Agentes de ATER que atuam com comunidades Indígenas	1	41
	Curso de Agentes de ATER que atuam com comunidades Quilombolas	1	39
	Oficina Agentes de ATER que atuam com Pescadores artesanais e Aquicultores	1	74
	Pesca Artesanal e Aquicultura	2	64

Fonte: Cgfat/Dater/SAF/MDA in: (Brasil, 2015); (Material de trabalho) (Brasil, 2017).

Analisando a Figura 1 verifica-se que após os eventos de “Nivelamento inicial na PNATER” que representa cerca de 41% dos títulos de eventos realizados, o segundo tema mais replicado foi o de “Saúde e Ações Sanitárias”, com sessenta eventos (15%) oferecidos ao longo do período considerado. No Quadro 2, replicamos a quantificação de eventos e de agentes diretamente capacitados, apresentada em Brasil (2015).

Quadro 2 – Totalização de Eventos e Público promovidos pela CGFAT/SAF/MDA, no Brasil, entre 2004 e 2010.

Estratégias de Formação	Número de eventos	Nº de Agentes de Ater capacitados
Cursos de Especialização	5	205
Cursos em Regime de Alternância	2	140
Cursos de Curta e Média duração	217	8.685
Cursos à distância	2	1.080
Seminários	6	744
Oficinas	20	715
Vídeo Conferência	1	223
Conferência	1	178
Encontros	135	4.600
Total	389	16.570

Fonte: Cgfat/Dater/SAF/MDA *in*: (Brasil, 2015, p. 2).

Os Números integralizam dados do Brasil: em sete anos, foram quase quatrocentos eventos, oportunizando mais de dezesseis mil e quinhentas participações em espaços formativos. Entre os eventos mais replicados, o Nivelamento Inicial na PNATER procurava oferecer mais formação sobre os seus cinco princípios norteadores: agroecologia, agricultura familiar, metodologias participativas, desenvolvimento sustentável, Extensão rural como ação educativa; problematizando conceitos e práticas, junto aos agentes de ATER.

Por sua vez, Mussoi (2011), no tópico em que trata da nova política de ATER agroecológica e sua implementação por entidades, com os dados que obteve sobre formação, direta e indireta, promovida pelo MDA, CGFAT, aplicando filtros e evitando repetições, apurou que o número de agentes de ATER formados evoluiu de 1.137 em 2004, para 45.000 em 2010 (Mussoi, 2011, p. 65).

A relevância de tais esforços dirigidos à ressignificação dos serviços de Extensão Rural pode ser melhor compreendida quando temos a ciência de que uma sequência de estudos sobre a evolução do perfil profissional no agronegócio brasileiro constatou que “a grande maioria dos Cursos *formais* ofertados encontra-se *ajustada* às necessidades dos segmentos que compõem os sistemas agroindustriais”, ou seja, às demandas dos setores patronais do agronegócio brasileiro (Batalha, *et al*, 2005, p. 301).

Batalha, *et al*, (2005), em sequência à Pesquisa iniciada no ano 2000, quando compararam o perfil profissional demandado por dez segmentos socioeconômicos, atuantes no agronegócio brasileiro, na perspectiva dos conhecimentos e habilidades desejáveis para o sucesso no gerenciamento nestes setores, com os currículos na formação acadêmica ofertada pelo sistema educacional formal, verificaram o predomínio do status ‘ajustado’, entre oferta e demanda, no campo da formação de recursos humanos para o agronegócio nacional (Batalha, *et al*, 2005, p. 16-18).

Por mais que tenha sido significativo o esforço realizado pela CGFAT/SAF/MDA para a formação, direta e indireta, de agentes de ATER ‘ajustada’ aos princípios e diretrizes da PNATER, compreendemos que este esforço não alcança a mesma

dimensão do aparato do sistema educacional brasileiro, que segue atuante na sua concepção segmentada, para a formação disciplinar especializada, ajustada aos interesses do agronegócio; porém, apresentam-se ressalvas frente às dinâmicas e expectativas do próprio mercado. É o que apuramos das considerações finais em Batalha, *et al*, (2005).

[...] foi possível observar que, em relação à pesquisa anterior, a grande maioria dos cursos ofertados encontra-se ajustada às necessidades dos segmentos. [...] Entretanto [...] um dos maiores desafios da atualidade refere-se a [...] formar alunos com tais características: líderes, capazes de atuar em grupo, criativos, com capacidade para lidar com stress, com alto padrão ético, flexíveis, entre outras qualidades [...] uma das maiores dificuldades encontradas para a criação desses currículos [...] está em se conseguir profissionais qualificados para atuarem na área de ensino para o agronegócio [...] justamente em virtude da multidisciplinaridade que é exigida ao se abordar esta área. (Batalha, *et al*, 2005, p. 301-302).

O que se ressalta é que as Escolas que se encontram ‘ajustadas’ para a formação dos bons gerentes para diversos setores do agronegócio são as mesmas que têm grande dificuldade em formar os profissionais com as habilidades originalmente desejadas pela PNATER para atender às expectativas de fortalecimento da agricultura familiar, pautadas pelo princípio da autonomia, que caracteriza à agroecologia. Todavia, a compreensão sobre a necessidade de uma formação com enfoque multidisciplinar compôs um centro comum entre as duas abordagens.

As informações aqui apresentadas colocam o processo de formação de agentes de ATER no contexto das “disputas políticas entre diferentes estratégias para o desenvolvimento”, um dos tópicos que compõe às lacunas percebidas por Palm & Schmitt, (2017) ao efetivarem um mapeamento analítico de estudos acadêmicos sobre a PNATER. Para Olabuénaga, (1999) tais elementos de textos e contextos expressam as intencionalidades manifestas e ocultas, que precisam ser melhor dialogadas e compreendidas no âmbito dos processos de pesquisa, abrangendo inclusive ao revés sofrido pela PNATER, expresso pelas ações para sua descaracterização enquanto instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar.

3.3 Informações e análises sobre os processos de formação relacionados às chamadas públicas de ATER dirigidas à Região Sudeste (2010/2016)

A condição do nivelamento inicial, da formação em serviço, do treinamento para uma nova função está na *praxe* do universo do trabalho; no caso da ATER, todavia, com o advento da Lei 12.188/2010 (Brasil, 2010), instituídas as Chamadas Públicas, instalou-se uma grande polêmica sobre ‘a quem caberia o ônus dessa etapa na execução dos contratos’.

Como se fora a inobservância de uma necessidade, sem recursos associados a esta finalidade, que não compunha a relação de produtos orçados nos contratos de serviços de ATER, a formação das equipes ou era negligenciada, ou atendida pontualmente, nas diferentes formulações de projetos e de serviços. De início, pretendemos explorar algumas das sutilezas dessa condição.

Por experiência empírica, sabemos que profissionais componentes da administração de uma organização, ou empresa, concorrente a um edital de Chamada Pública (CP) participam e/ou delegam a uma equipe de elaboração de projetos a tarefa de ler e interpretar os Editais; de dialogar com parceiros e redigir a proposta que será apresentada no processo seletivo. Além dos termos técnicos e metodológicos assumidos em projetos, um conjunto de termos e de obrigações administrativas também se estabelece com a oportunidade do contrato.

Os processos de formação de equipe precisam dar conta de facilitar compreender as características do público a ser atendido, tanto às socioeconômicas, quanto as suas relações com os aspectos ambientais locais e regionais; além dos termos enfocados pela Chamada Pública e pelo alinhamento do Projeto que logrou ser aprovado para contratação.

Vencida a etapa de seleção na Chamada Pública, a necessidade de momentos de formação, de nivelamento e de apropriação junto aos componentes da equipe que executará aos serviços e, por conseguinte, ao contrato é evidente. *Pari passu*,

se estabelecem os conflitos entre os entendimentos e interpretações inerentes ao projeto que será executado, quanto mais quando este atende às perspectivas multidisciplinares, reivindicadas pelas distintas realidades que serão atendidas.

As primeiras Chamadas de Ater, lançadas em 2010, associavam-se aos trabalhos com os Territórios da Cidadania (CP TC); a participação do MDA no processo de reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) concorreu para as Chamadas Públicas no âmbito dos Projetos NUTRE e Mais Gestão; o Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) migrou das formulações licitatórias para o formato de Chamadas Públicas, subsidiadas pelas Superintendências Regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que aderiram aos trâmites propostos pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do MDA; em 2012 foi lançada Chamada Pública de Ater para a promoção da Agricultura Familiar Sustentável e, em 2013 a Chamada Pública Conjunta INCRA/MDA para a promoção da Agricultura Familiar Agroecológica, Orgânica e Agroextrativista.

A esta sequência também se incorpora as Chamadas para Ater direcionadas a públicos específicos, como: Quilombolas, Juventude, Mulheres; ao Público do Programa Nacional de Crédito Fundiário e para distintas cadeias produtivas na Agricultura Familiar (Café e Leite), demonstrando um conflito interno ao DATER, entre as abordagens sistêmicas e as setoriais.

Os processos de formação se balizavam pelos termos comuns da PNATER (Brasil, 2004); (Brasil, 2010); pelo teor da Chamada Pública e pelas especificações das Propostas Técnicas elaboradas para Lotes específicos, demandando conhecimento local /territorial para sua implementação. No Quadro 3, procuramos favorecer a visualização do espectro de Chamadas Públicas (CP's) lançadas na região Sudeste para atendimento a distintos públicos da agricultura familiar, implicando na contratação de profissionais, geralmente na base de um técnico para 100 famílias (portadoras de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAP), ou de registro no Sistema Informatizado de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA)/INCRA, nos casos de pessoa física.

É possível notar que na região Sudeste dezenas de empresas foram contratadas para o atendimento a esta gama de temas, organizações coletivas e territórios. O que constatamos – e que dificilmente se daria de forma diferente, em tal dimensão de realidades – foi o predomínio da realização de processos de formação promovidos pelas empresas contratadas, tratando das especificidades locais, territoriais e estaduais, à luz das suas específicas estruturas e tradições organizacionais.

Se, por um lado, é presumível que a cada um dos lotes que tiveram contratos celebrados após as Chamadas públicas abaixo apresentadas relacionou-se um processo formativo para a equipe correspondente; por outro lado, pedagogicamente, tais processos jamais seriam eficientes e eficazes acaso não promovessem o envolvimento ativo de seus respectivos públicos e demais atores relacionados à consecução dos objetivos contratados.

Quadro 3 – Relação de Chamadas Públicas (CP) de ATER (Algumas com referência a Nº de Beneficiários atendidos), por Estado, no Sudeste. ³

Chamada Pública/	Estado:	ES	MG	RJ	SP
CP Território da Cidadania (TC) – 2010/2011		TC 024/2010; TC 96/2011	TC 24; TC 70; TC 71; TC 72; TC 128; TC 138;	079 - 1.000 DAP's 080 - 1.350 DAP's	TC 85/2010
CP 092/2010 – NUTRE – ATER PJ		-	80 CNPJ	60 CNPJ	CP anterior
CP INCRA – 2011/2013		SR 20 – 01/2011	SR 06 – 01/2013	-	SR 08 - 10.387 SIPRA's
CP 04/2012 ATER – Mais Gestão – PJ		-	20 CNPJ's	-	30 CNPJ's
CP Crédito Fundiário/2012		-	CP 2012	-	CP 2013
CP 010/2012 ATER Sustentabilidade		3.400 DAP's	14.700 DAP's	1.500 DAP's	5.200 DAP's
CP 013/2013 ATER Agroecologia		800 DAP's	8.700 DAP's	500 DAP's	3.000 DAP's
CP 017/2013 ATER Mais Gestão – PJ		15 CNPJ	-	-	-
CP ATER Quilombola/2013		-	CP 16/2013	-	-
CP INCRA SR 28 /2014 – ATER		-	2.014 SIPRA's	-	-
CP INCRA SR 20/ 2014		3.672 SIPRA's	-	-	-
CP 02/2015 ATER Juventude (DAP Acessória)		1.200 DAP's	1.200 DAP's	400 DAP's	400 DAP's
CP 01/2016 ATER Mulheres		-	240 DAP's	-	-

Fonte: (Brasil, 2016, p. 14); Compilação de dados do Sistema Informatizado de ATER(SIATER)/MDA; Extratos publicados no Diário Oficial da União 2010/2016.

Pudemos ainda verificar que no Sudeste, somente as Chamadas Ater Sustentabilidade e Ater Agroecologia, somadas, quando plenamente efetivadas, concorreram para a abertura de mais de trezentos postos de trabalho. Paralelamente, vários outros contratos de ATER foram operados pelo Incra e pelo MDA. No Quadro 3, os números referentes às DAP's e aos SIPRA's indicam a totalização de famílias na previsão de atendimento pelo conjunto de lotes contratados.

No âmbito do planejamento de ações da CGFAT, os processos de formação de Agentes de ATER deveriam contemplar a habilitação dos profissionais vinculados às empresas e organizações contratadas, bem como a lideranças do público assistido e aos fiscais de contrato, potencializando o envolvimento de agricultores e de atores imbricados com a regulação e com o sucesso das atividades que viessem a ser assumidas na orientação aos serviços de Ater, nos moldes das intenções que motivaram às Chamadas Públicas.

Nestes termos, a escuta ao reduzido corpo de profissionais concursados pelo extinto MDA e a quem caberia assegurar a realização das atividades contratadas, ou seja, fiscalizar a execução técnico administrativa mostrou-se um recurso esclarecedor tanto sobre os eventos de formação oficialmente promovidos, que ocorreram de forma aleatória; quanto sobre as limitações e as potencialidades que foram vivenciadas. Nos trechos a seguir, utilizamos a compilação de falas desses fiscais para ilustrar o que fora tal processo.

O primeiro contato com formação para os Fiscais de Contratos de Ater [que vivenciei] foi uma atividade ocorrida em Salvador - BA, em 2013, no contexto de Chamada de Ater para Comunidades Quilombolas - âmbito nacional. [...] Foi um evento com 05 dias de formação para prestadoras e fiscais. (Serviu para) Reconhecer termos das Chamadas e das Propostas Técnicas. Foi assegurada a fala à representação de quilombolas. [...] Houve um ciclo de formação de fiscais associado aos Conselhos de Integração de Ações nos Territórios de Identidade e de Cidadania. O Projeto “Brasil sem

³ Especificação das siglas do Quadro 03: CP – Chamada Pública; TC – Território da Cidadania; DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf; PJ – Pessoa Jurídica; SIPRA – Código de Beneficiário no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária; SR – Superintendência Regional na Administração do Incra.

miséria” ofereceu duas Oficinas para qualificar os fiscais a operar com o SIATER. Nestes contratos havia parâmetro para avaliar a execução dos serviços: a aplicação do fomento. No Ater agroecologia isso não foi utilizado. Ficou sem parâmetro para avaliar os serviços. Não havia uma materialidade a ser avaliada. (Brasil, 2017, p. 81).

O formato de entrevista semiestruturada – entrevista informal (Pereira, et al, 2018) – em uma roda de conversas, também nos serve ao propósito de obter e trabalhar as informações sem que se concorra para a identificação, ou exposição, dos protagonistas entrevistados.

Os desenhos das Chamadas de ATER favorecem a não continuidade e a não formação dos quadros técnicos. [...] Fui à Brasília para uma ‘Formação’ onde foi imposto que todo funcionário teria que cumprir função de fiscalização nos contratos de ATER; A maior parte das Delegacias nem Equipe tem para dialogar, para trocar opinião entre si. [...] Outra coisa é a formação em agroecologia: dizer que essa prática está tomando conta do País é uma falácia. Pode até ser um caminho, mas, como as Universidades estão preparando os novos profissionais nesse tema? Como é que se vai mudar a cabeça do agricultor? Como é que se vai convencer às pessoas? Nesse ponto, os contratos do ATER sustentabilidade foram mais maleáveis do que na ATER agroecologia. [...] Sobre a capacitação para fiscalizar os contratos, sim, [...] Entrei em 2012, foram os colegas que me apresentaram o SIATER; fui aprendendo com a prática. [...] Para o serviço de ATER precisa-se reconhecer que há um conhecimento que precisa ser identificado. É o ponto de partida. A ação da ATER tem de servir para levar além esse conhecimento; tem que permitir dialogar. (Brasil, 2017, p. 91).

Os contextos em questão se compõem tanto pela falta de estrutura em que se encontrava o MDA para assegurar a implementação da PNATER/ PRONATER, quanto pelo que Diesel, Dias & Neumann (2015) qualificam por “intensas disputas em torno da concepção de ATER e de seu formato institucional (...) [numa] conflituosa e dinâmica interação entre atores sociais, numa contínua redefinição de pactos” (Diesel, Dias & Neumann, 2015, pp. 108-109) que, entre suas consequências, implicaram na criação da Agência Nacional de Ater (ANATER), como um símbolo das diferentes expectativas que coexistiram em torno da PANATER.

A fala dos Fiscais de contratos nos traduz um cenário de obrigações em meio a um quadro de volatilidades estruturais, administrativas, teóricas e ideológicas, também composto por personagens que declaradamente se assumiam como não preparadas, nem instrumentalizadas, para o exercício das fiscalizações que lhes foram atribuídas. Denotam que além da carência em processos de formação em agroecologia, estava em curso a convivência com orientações e obrigações desafiadoras e mesmo contraditórias, frente suas formações progressas.

São questões que revelam a existência de diferentes níveis de apropriação e de empoderamento sobre os campos em disputa pelas distintas concepções para a Política de Ater. Para Diesel, Dias e Neumann (2015) estas concepções sintetizavam-se nas correntes pró desenvolvimento rural *versus* a leitura da ATER instrumental aos demais Programas do MDA (Diesel, Dias & Neumann, 2015, p. 126); ambas reivindicando apoio político para a institucionalização de um Núcleo nacional para articular aos serviços de ATER, cujo ‘vetor resultante’ acabou sendo a criação da ANATER, em 2013.

Ao olhar para os eventos de formação, notamos que as mencionadas concepções se imiscuem nos processos de sua operacionalização. Entre as opiniões dos fiscais de contratos de ATER, a menção à ausência de um parâmetro como o fomento para conferir materialidade ao processo de fiscalização, na execução dos serviços no âmbito da ATER Agroecologia – em comparação com o que havia no Projeto Brasil Sem Miséria – pode ser tomada como outro exemplo no quadro de volatilidades em que a PNATER foi implementada.

Mussoi (2011) dialoga com representantes de categorias teórico analíticas que têm se pautado pelas perspectivas de atores sociais e que reconhecem a ‘agência humana como a capacidade de conhecer e de fazer’ (Mussoi, 2011, p. 39); requisitos com características muito semelhantes ao que observamos nas considerações de Sen (2000) interpretadas por Pinheiro (2012) sobre o desenvolvimento como liberdade, como um anti-prisma a reintegrar as luzes de ciências, práticas e movimentos, consolidando a agroecologia como a ciência atinente à sustentabilidade.

Os profissionais da extensão rural que foram replicar os ensinamentos obtidos nas Oficinas de Nivelamento Conceitual

na Pnater – mais de cento e quarenta eventos – tiveram acesso às reflexões aqui apresentadas, o que faz supor que iniciaram suas abordagens pela escuta aos públicos que iriam contar com os serviços de ATER, trilhando pela construção participativa dos procedimentos até, e além de, a fase de elaboração de Projetos – uma postura essencialmente antagônica às concepções de transferência de tecnologias.

São leituras que nos remetem a replicar a questão aportada por Caporal & Ramos (2006): ao público que vivenciou tais processos de formação e de atuação pelas Chamadas de ATER, que tipo de Extensão Rural se deseja realizar? Por quais compromissos estes atores têm se pautado?

3.4 Os Temas chave trabalhados pelos principais protagonistas na implementação da PNATER, no sudeste do País – sínteses no estímulo a sistematizações de experiências

Se no item anterior visualizamos os movimentos que o Governo Federal fez pelo lançamento de Chamadas Públicas para execução de serviços de ATER, sinalizando a essência de conhecimentos que deveriam ser trabalhados em cada uma delas; neste tópico reunimos e analisamos informações sobre alguns dos tipos de protagonistas que foram abordados por haverem dialogado com tais Chamadas de Ater, destacando suas respectivas naturezas organizacionais e enfoques temáticos.

Entre as Estratégias de formação Indireta, no campo Intersetorial, conforme apresentado no tópico 3.2, a interação do antigo MDA com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e com outros Ministérios interessados na geração de novos conhecimentos e enfoques interdisciplinares fomentou a instituição dos Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA's), articulando redes entre as Instituições Federais de Pesquisa e de Ensino e os movimentos pela agroecologia no País.

Mussoi (2011) identifica o potencial desses mecanismos, a que chama de 'Polos de Ciência e Tecnologia Regionais', para promover a 'Transição institucional a favor da agroecologia' e que, por pautarem-se pela 'articulação interdisciplinar, intercultural e territorial, requerem um aprendizado e uma capacidade gerencial não corrente entre as empresas de Ater' (Mussoi, 2011, p. 88).

Silva, Cavalcanti e Pedroso (2015), efetivaram a editoria técnica da sistematização de quarenta desses NEA's em todo o País, sendo que dez desses situavam-se na região Sudeste. De nossa parte, os trabalhos de campo, em formato de observação participante, permitiram acompanhar a sistematização das experiências dos NEA's: Grupo de Estudos em Agricultura Urbana (AUÊ), ligado ao Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG), e do Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia (NIA), ligado à Extensão Rural do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ER-ICHS/UFRRJ). Ambos os Núcleos se caracterizam pela articulação ativa junto a organizações que atuam para a transição agroecológica.

Aprendemos que sistematizar experiências implica em partilhar as compreensões sobre a sequência de processos vivenciados, em comum, por diferentes atores, com o uso de ferramentas pedagógicas, motivacionais, como: o 'rio (ou linha) do tempo', a socialização de percepções e a construção de matrizes analíticas, numa abordagem coletiva que auto facilita o alcance de compreensões mais amplas e densas sobre as referidas vivências.

Verificamos nessas sistematizações um recurso que em muito pode vir a complementar as técnicas e os conhecimentos sobre os processos de elaboração de diagnósticos e de planejamentos participativos, nas correntes práticas da ATER. São processos que dependem de uma relação de confiança típica das organizações sociais de gestão horizontalizada, presente nas formulações em que todos os protagonistas têm o mesmo nível de respeito e de autoridade frente ao conhecimento e ao seu local de inserção no projeto, na equipe do trabalho em foco.

Eis um dos componentes dos aspectos intrainstitucionais que tiveram atenção reivindicada por Palm e Schmitt (2017). Assim como destacado por Mussoi (2011), não nos parece que as empresas estatais de ATER – e mesmo algumas organizações

não governamentais – estejam intencionadas e habilitadas a abdicar de relações hierárquicas, ou a favorecer a gestão social compartilhada, entre técnicos e agricultores envolvidos na ATER e na Pesquisa.

O que se impõe ser constatado é que houve um período em que uma Política Nacional encheu de perspectivas às organizações cujas missões historicamente se associam à promoção de ações para o desenvolvimento; que a partir da apresentação de propostas às Chamadas de ATER, consideradas as respectivas e diversas bases econômicas e ecológicas, históricas e culturais, confrontaram-se ideologias de concentração com as de distribuição – ou de partilha – de conhecimentos e de riquezas, no exercício do poder de mover ações no intuito da transformação social.

O que encontramos no campo nos remete a décadas anteriores à formulação da PNATER, conforme pode se verificar no Quadro 04, consolidadas as informações para os quatro Estados da Região Sudeste. As informações emergem do trabalho de campo realizado, quando foram organizadas por Estado da Federação e, para cada uma das organizações, ou empresas, relacionamos as ideias-força ligadas a Referências no cotidiano de Formação de Agentes de ATER, associadas aos Temas Chave no exercício de atuação de cada uma dessas organizações ou empresas.

A palavra-chave “Sociobiodiversidade”, por exemplo, pode significar diferentes percepções para cada um dos protagonistas, institucionais e individuais, vinculados a uma experiência de Extensão Rural. Com esta assertiva, chamamos a atenção de que para cada uma das Empresas e Organizações abaixo relacionadas, o interesse central de captar recursos para implementar seus respectivos trabalhos, a partir da adesão a PNATER/ PRONATER, implicou em múltiplos processos de tradução dessa oportunidade, entre assimilação e negação aos valores que estavam sendo apresentados pela Nova Política de ATER.

Com as abordagens de campo, realizadas entre 2016 e 2017 procuramos captar essas interpretações. Compreender como cada uma das Empresas, Instituições e/ou Organizações visitadas efetivou seu respectivo processo de leitura e interpretação da oportunidade PNATER, à luz do princípio da transição para a agroecologia e de que forma implementou, ou não, algum programa de formação junto ao seu corpo técnico.

Qualquer tentativa de generalização resultaria em uma resposta insatisfatória. Por exemplo, entre as empresas estatais de ATER, as especificidades e a dinâmica de seus formatos administrativos e de gestão pouco permitem avançar em análises, para além da constatação de que têm em comum uma perenidade na oferta de vivência cotidiana na prestação de serviços de ATER e que esta realidade concorre para uma prática formativa de seus quadros. Porém, que tal prática é percebida das mais diversas (e díspares) maneiras, pelos seus profissionais: para uns as Chamadas de ATER eram vivenciadas como uma tarefa a mais, um elemento de sobrecarga a somar com uma rotina já adversa na relação entre trabalho e remuneração; para outros estava ali uma oportunidade de gerar novos estudos, trabalhos e interpretações socioeconômicas.

Em diálogo com o Diretor Técnico da EMATER-MG, em 2017, nos foi reportado que a demanda pela formação em agroecologia levou a Empresa a firmar relação de parceria com a Universidade Federal de Lavras, promovendo a qualificação de centenas de seus profissionais. No Rio de Janeiro e em São Paulo a EMATER/RJ e a CATI/SP implementaram seus respectivos e diferenciados Programas de Microbacias Hidrográficas, ambos pautados pela busca de um ordenamento ambiental mais sustentável.

No caso da CATI-SP, a experiência se pautou pela conjugação de esforços entre as Secretarias estaduais de Agricultura e de Meio Ambiente, assumindo a orientação pelos Sistemas Agroflorestais como referência para a promoção de agroecossistemas integrados e sustentáveis. Uma forma de agregação interinstitucional não seguida pelo Programa homônimo no Rio de Janeiro, que teve sua atuação restrita à Secretaria de Agricultura.

No campo das Organizações não Governamentais os interesses e as especificidades de interação com a temática de agroecologia se diversificam exponencialmente, resultando dos diferentes tempos de existência e de ação militante nas mais diversas causas, desde a Educação como Projeto de Desenvolvimento, o caso do MEPES, até as organizações componentes da

Rede de Projetos de Tecnologias Alternativas – precursora da Articulação Nacional de Agroecologia (2002); ou ainda a questão da luta pela Terra, capitaneada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que aportou valiosas contribuições para a formulação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Cumpram ressaltar que nem todas as organizações relacionadas no Quadro 4 executaram, diretamente, Chamadas de Ater. Constatam registradas por terem sido abordadas após indicadas em função de suas notórias contribuições na formação de profissionais, de forma alinhada aos princípios da Pnater. O Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Mutirão Agroflorestal, são exemplos desta situação.

Quadro 4 – Empresas e Organizações que atuaram com formação de Agentes de Ater (Sudeste) na implementação da Pnater, entre 2004 e 2018 e que foram abordadas nos trabalhos de campo.

UF	Empresa/ Organização	Natureza Organizacional	Efetivo / Equipe
Espírito Santo	MEPES – Movimento de Educação Promocional do ES	Não Estatal; Rede de Escolas Família Agrícola (50 anos em 2018)	219 Profissionais em 17 EFA's no ES
	INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural	Estatal – Empresa oficial de ATER do ES (60 anos em 2019)	318 Profissionais em atividades finalísticas (Escritórios Locais de ER e Pesquisa)
	CPT – Comissão Pastoral da Terra	Não Estatal; Ação Social e Ecumênica	Pequenas equipes; predomínio de trabalhos voluntários
	MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Não Estatal; Ação Social e Política na Luta por direitos a terra e autonomia	Constituição de coletivos em acampamentos; assentamentos e regionais do Estado
	APTA – Associação de Programas em Tecnologias Alternativas	Não Estatal. Organização de orientação Técnica vinculada à Rede PTA	Atuação por Projetos
Minas Gerais	DFDA – Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário	Estatal; quadro de Profissionais com atribuição de fiscalizar os contratos de ATER	03 Profissionais
	ONG's componentes da Articulação Mineira de Agroecologia (Rede, CTA-ZM, CAA-NM)	Não Estatais; Organizações de referência em Trabalhos pela Agroecologia em área rural e urbana (Rede)	Ação por Projeto (Variável)
	EMATER MG (Diretoria Técnica, Departamento Técnico e Coordenação de Metodologia de Extensão)	Estatal; Empresa Oficial de ER em MG (70 anos em 2018)	Cerca de 1.400 profissionais atuantes em 790 Municípios.
	Rede Sociotécnica no Norte de Minas Gerais	Misto. Não Estatal e Estatal; resultante de articulações entre CAA/NM e Embrapa	Atuação por Projeto (Variável)
Rio de Janeiro	EMATER (Secretaria Executiva do CEDRUS; Coord. Técnica do Rio Rural)	Estatal; Empresa Oficial de ER do RJ. (60 anos em 2017)	281 Profissionais em atividades finalísticas (lotados nos Esloc's)
	Fazendinha Agroecológica do KM 47	Gestão Interinstitucional (UFRRJ, EMBRAPA Agrobiologia e PESAGRO)	Variável; Congrega equipes de funcionários e de pesquisa da Embrapa; professores e Estudantes da UFRRJ
	Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (Secretaria Executiva da Aarj)	Rede de agricultoras(es) Experimentadoras(es); Organizações de apoio; Profissionais e Estudantes em Regiões auto instituídas no RJ	Variável, em consonância com projetos que estejam em execução
	DFDA – Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário	Estatal; quadro de Profissionais com atribuição de fiscalizar os contratos	04 Profissionais

São Paulo	de ATER		
	CATI – Abordagem ao ESLOC Mogi Mirin; EDR Mogi Mirin (Nome alterado em 2019 para Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDRS)	Estatal – Empresa oficial de ATER em SP; Vinculada a Casas de Agricultura (52 anos em 2019)	A CATI está presente em 594 Casas de Agricultura, com atividades fins de ER (No EDR de Mogi Mirin 7 Prof. na entrevista)
	MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Ribeirão Preto e Pontal do Paranapanema)	Não Estatal; Ação Social e Política na Luta por direitos a terra e autonomia	Constituição de Coletivo em acampamentos, assentamentos e regionais do Estado
	Mutirão Agroflorestal (Núcleo Fazenda São Luiz, em São Joaquim da Barra)	Não Estatal; Rede de Experimentadoras(es) em implantação e manejo de SAF's, em diálogo com Ernst Götsch	Família integrada à rede de manejadores da SAF's, produção e aprendizado em regime de Mutirão
	Associação Cooperafloresta (Barra do Turvo e Adrianópolis – conversa com diretoria, técnicos e agricultores)	Não Estatal; Associação de agricultores agroflorestais – Produção em SAF's, Agroindústria e Comercialização	75 Famílias organizadas em 20 núcleos: Barra do Turvo, Adrianópolis/SP e Bocaiúva do sul/PR
	SOF - Sempreviva Organização Feminista. Projeto Cadernetas Agroecológicas em Barra do Turvo-SP	Não Estatal. Ação sociotécnica com foco no fortalecimento do protagonismo das mulheres	Variável em consonância com Projetos que estejam em educação
	Rede Pontal Agroecológico (CATI Presidente Prudente; Instituto de Pesquisa Ecológica; ITESP, UNESP, MST)	Misto. Não Estatal e Estatal com articulações entre ONG's, Movimentos Sociais, Órgãos estaduais de SP, Universidades e Embrapa Meio Ambiente	Atuação por Projeto (Variável)

Fontes: (Brasil, 2016); (Brasil, 2017a); *sites* oficiais das Empresas e Organizações em que o efetivo profissional é informado.

O MEPES, por exemplo, há cinco décadas opera uma Rede de Escolas Família Agrícola, sob o regime de Pedagogia da Alternância, e cujos profissionais egressos são intensivamente demandados pelas Chamadas de Ater, numa clara valorização de seus perfis profissionais vinculados às realidades rurais.

São organizações/redes que têm como Referência na formação de seus Agentes um considerável leque de formatos de atuação, seja: a oferta de ensino formal; a vivência cotidiana na prestação de serviços; a apresentação de demandas e constituição de parcerias pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); o intercâmbio de experiências em Tecnologias Alternativas; a construção participativa de 'Cartas-acordos', em Redes de interação Sociotécnica; a rotina de pesquisas aplicadas em agroecologia e agricultura orgânica; a abordagem 'agricultor a agricultor'; o enfoque de gênero com registros socioeconômicos, entre outras práticas que se coadunam com as teorias e pedagogias da PNATER.

Verificamos que os estudos sobre Agroecologia, sobre Biomas, Territórios e Questão agrária se destacaram entre os Temas Chave demandados para a efetivação das Chamadas de ATER analisadas. Para clarear as demandas e o significado dos serviços de ATER em cada situação específica mostrou-se ser necessário considerar os aspectos da macro e da micro diversidades presentes nas áreas de atuação das equipes constituídas; observando que nos Estados da Região Sudeste se encontram desde experiências de resistência de povos e comunidades tradicionais até a ocorrência das maiores manchas urbanas do país, contemplando a reconfiguração de indivíduos em protagonistas nas redes de agricultura urbana, numa expressão de heterogeneidade de públicos e de suas múltiplas conexões com as relações de produção e de consumo, no espaço/ território em que habitam.

Sobre o PRONERA, atualmente sob ameaça de interrupção, que apareceu em destaque entre as iniciativas dos movimentos sociais junto às Superintendências do INCRA, Instituições Federais e Estaduais de Ensino, observamos que além de elevar os níveis de alfabetização e o acesso ao ensino médio nas áreas de reforma agrária, a formação técnica também é promovida, tendo por enfoque: a organização em Assentamentos, a compreensão sobre Questão agrária e a Venda direta, com

melhores oportunidades de mercado.

O tema chave ‘implantação de Sistemas agroflorestais’ mostrou-se um recurso em ascensão quanto a sua adoção, mas com distintos níveis de domínio sobre esta nova tecnologia de manejo. Em alguns casos, com experimentos de baixa diversidade, consórcios com três ou cinco espécies, era comum encontrar problemas fitossanitários; ao passo que nos casos com experimentos de alta diversidade, envolvendo cinquenta, setenta e mesmo mais espécies, tais problemas não eram verificados (Brasil, 2017b, pp. 36, 41, 82-84).

Por fim os Temas: ‘Mulheres’, ‘Organização social e Agroecologia’ revelaram-se como os campos com mais lastro para evolução nos serviços de uma ATER agroecológica, considerada a tradição patriarcal, e mesmo machista, nas escolas das ciências agrárias e na sociedade brasileira como um todo.

Encontrar trabalhos como os realizados pela Sempreviva Organização Feminista (SOF), pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), parcialmente traduzidos pelas Cadernetas Agroecológicas, em que se registram as produções dos quintais e a expressão econômica do trabalho das mulheres na composição da renda familiar, revelou experiências de sucesso e históricos desafios para a atuação da ATER, que basicamente permaneceram sem tratamento até o início do século XXI.

Por sua vez, a Agência Nacional de ATER (ANATER) aponta entre os temas chave em sua existência e atuação a “promoção de comunidades sustentáveis”; a “inovação tecnológica, com apropriação de conhecimentos científicos”; a confiança no setor de “transferência de tecnologias” da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); e ainda, a incorporação dos “médios produtores rurais”, com uma perspectiva empresarial, numa interpretação que mais demonstra a não assimilação integral dos princípios da Pnater, do que atenção a sua efetiva leitura (ANATER, 2021)

4. Considerações Finais

Pela observação das ideias-força expressas pelos quadros que se dedicaram à formação de agentes de ATER, no contexto da PNATER, encontramos a Agroecologia como uma abordagem científica, viva, interativa e interpelada, nos parecendo adequado reconhecer seus protagonistas e organizações como tecidos e tecelãs, em suas próprias trajetórias e realidades.

Ampliando o conceito de textos e contextos, diferentes realidades revelaram que a opção política por retomar uma coordenação nacional para o sistema descentralizado de ATER, considerando as críticas acumuladas sobre a modernização da agricultura, computadas suas externalidades e consequências indesejáveis, perdeu força, foco e espaço no arranjo de concepções que se norteavam por um Projeto de Desenvolvimento Territorial Rural – uma abordagem governamental que foi abandonada com a extinção do MDA (2016).

O destaque à demanda pelos enfoques multidisciplinares, para lidar com as atuais questões dos sistemas produtivos, contrasta com o prevalecimento da concepção de uma ATER instrumental, de cunho setorial – não sistêmico – que espelha a formação profissional massificada vigente, adepta à geração de conhecimentos apartada das bases sociais, para posterior transferência.

O conhecimento sobre as realidades rurais e suas interações com a sociedade, no Sudeste brasileiro, na perspectiva da promoção do desenvolvimento sustentável, ao ser tangenciado pelos apoios e aportes da PNATER, demonstrou que há um celeiro de oportunidades e de contradições imbricadas por um projeto vitorioso de fomento à dependência tecnológica nacional, que ora ameaça a própria continuidade de atendimento da agricultura familiar por serviços públicos de ATER.

A Formação pontual de milhares de extensionistas rurais vinculados às Chamadas de ATER, ao longo de pouco mais de quinze anos de vivência da PNATER, não se mostrou esforço suficiente para reverter compreensões e compromissos com a manutenção de programas e ações visivelmente de natureza insustentável, nas dimensões, social, ambiental e econômica.

No âmbito da análise de políticas públicas, abrem-se perspectivas para futuras pesquisas que se apliquem a compreender os fatores e as condições que pautaram, e seguem pautando, a disputa pela orientação da PNATER, em seus princípios e diretrizes; especialmente no sentido de evidenciar: a distância entre discursos e práticas; o alinhamento aos diferentes paradigmas da noção de desenvolvimento, cuja abordagem de transferir tecnologia diametralmente difere da abordagem de construção participativa de soluções; a existência de um conjunto relevante de experiências de ATER operando para a transição agroecológica em inserções locais concretas que podem ser melhor apreendidas e potencializadas; a consonância da proposta original da PNATER com os referenciais globais expressos pela Agenda 2030, da ONU, com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Brasil, pelo apoio na realização dessa Pesquisa. Código de Financiamento 001.

Referências

- ANATER. (2021). Apresentação institucional. <http://www.anater.org/apresentacao.jsp>
- Batalha, M. O, et al. (2005). *Recursos humanos e agronegócio: a evolução do perfil profissional*. Ed. Novos tempos.
- Bergamasco, S. M. P. P., Thomson, C. R. & Borsatto, R. S. (2017). Da extinção da EMBRATER à criação da ANATER: os desafios da política de assistência técnica e extensão rural brasileira. In: Delgado, G. C. e Bergamasco, S. M. P. P (ORG.) (2017). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário (SEAD), (pp 314-342).
- Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2004). Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. MDA/SAF.
- Brasil, Ministério da Educação/ SETEC. (2009). (Re)significação do ensino agrícola da rede federal de educação profissional e tecnológica (documento Final). Brasília-DF: MEC/SETEC.
- Brasil. (2010). Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010, institui a Política Nacional de ATER - PNATER e o Programa Nacional de ATER – PRONATER. Brasília-DF: D.O.U. Seção 1, ano CXLVII n. 7 de 12/01/2010.
- Brasil. MDA/SAF/DATER. (2015). Balanço das ações de formação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural - Documento Interno. Brasília-DF: SEAD/CC/PR.
- Brasil. SEAD/CGFAT. (2016). Identificação de centros e de unidades pedagógicas de formação existentes no Sistema Nacional de ATER - Contrato 2016/000223, Sudeste. Brasília-DF: SEAD/ PNUD BRA 11/009.
- Brasil. SEAD/CGFAT. (2017a). Documento contendo proposta político pedagógica de processos formativos: referencial com base no marco para formação inicial e continuada para agentes de ATER na perspectiva agroecológica - Contrato 2016/000223, Sudeste. Brasília-DF: SEAD/ PNUD BRA 11/009.
- Brasil. SEAD/CGFAT. (2017b). Documento contendo levantamento e sistematização de informações dos cursos formais, não formais e eventos e seminários em educação em agroecologia ou com ênfase em agroecologia realizados na região sudeste. Contrato 2016/000223, Sudeste. Brasília-DF: SEAD/ PNUD BRA 11/009.
- Caporal, F. R. (coord.). (2009). Extensão rural e agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília-DF: http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/OPB2444.pdf
- Caporal, F. R. & Ramos, L. de F. (2006). Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. <http://agroecologia.pbworks.com/f/Artigo-Caporal-Ladjane-Vers%C3%A3oFinal-ParaCircular-27-09-06.pdf>
- Chavez-Tafur, J. (2007). *Aprender com a prática: uma metodologia para sistematização de experiências*. AS-PTA.
- Delgado, G. C. & Bergamasco, S. M. P. P (ORG.). (2017). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário (SEAD).
- Diesel, V., Dias, M. M. & Neumann, P. S. (2015). Pnater (2004-2014): da concepção à materialização. In: Grisa, C. & Schneider, S. (2015). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Ed da UFRGS, pp 107-128.
- Grisa, C. (2012). *Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. Rio de Janeiro – Brasil, (Tese) Doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
- Muller, P. (2004). *Les politiques publiques in: Que sais-je? Dixième edition mise à jour*. PUF.

- Mussoi, E. M. (2011). *Política de Extensão Rural Agroecológica em Brasil: avanços e desafios em a transição em as instituições oficiais*. (Tesina de Pós Doutorado), Córdoba – Espanha: Universidad de Córdoba / Universidade Federal de Santa Catarina.
- Olabuénaga, J. I. R. (1999). Análisis de contenido in: Olabuénaga, J. I. R., *Metodología de la investigación cualitativa*, (2a ed.). (pp 191-214). Universidad de Deusto.
- ONU. (2015). Transformando o nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. ONU. Organização das Nações Unidas. <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>
- Palm, J. L. & Schmitt, C. J. (2017). Informando política pública: um mapeamento analítico de estudos acadêmicos sobre a política nacional de assistência técnica e extensão rural (20103-2016). Rio de Janeiro-RJ: Observatório de Políticas Públicas para Agricultura.
- Pereira, A. S., et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. UFSM.
- Pinheiro, M. M. S. (2012). As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen. Rio de Janeiro-RJ: Texto para Discussão 1794/ IPEA.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras.
- Silva, H. B. C., Cavalcanti, D. C. & Pedroso, A. F. (2015). *Pesquisa e extensão para a agricultura familiar: no âmbito da política nacional de assistência técnica e extensão rural*. Brasília-DF: Secretaria da Agricultura Familiar/ MDA.